

Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola

João Pedro*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7151-7398>

Resumo: Esta pesquisa cujo título incide na “*Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola*” tem como objetivos (i) descrever o fenômeno da alternância das formas de tratamento, precisamente nos funcionários da Administração Municipal de Luanda e do Gabinete Provincial de Educação de Malanje; (ii) caracterizar os principais casos de oposição funcional das formas de tratamento na administração municipal de Luanda e no Gabinete Provincial de Educação de Malanje; (iii) contribuir para o conhecimento e compreensão das formas de tratamento do português veiculado em Angola. Para a efetivação da pesquisa recorreu-se a um *corpus* oral e escrito, cujas fontes são os enunciados extraídos das entrevistas e dos questionários aplicados aos funcionários da Administração Municipal de Luanda e do Gabinete Provincial de Educação de Malanje. Para o tratamento dos dados, procedi à análise comparada das formas de tratamento utilizadas nos distintos contextos (proximidade vs. distanciamento) entre os falantes, com a intenção de compreender a diferença significativa no âmbito da colocação das mesmas. Percebi também que a dinâmica das formas de tratamento nas instituições em apreço proporcionam a possibilidade do emprego das mesmas, implicando vários fatores sociolinguísticos, com realce para a hierarquia social, formalidade vs. informalidade, a educação, idade, etc. Assim, parece-me que o uso das formas de tratamento é complexa, porquanto a sensibilidade dos falantes das duas cidades, no que tange ao uso das formas de tratamento é visivelmente diversificada e, denota-se, desconhecimento sobre o uso correcto das mesmas. Os resultados demonstram que as línguas são sistemas dinâmicos e não estáticos e que a língua portuguesa apresenta particularidades próprias nas diferentes normas nacionais.

Palavras-chave: Dinâmica; Formas de tratamento; Português, Angola

Summary: This research, whose title focuses on the "Dynamics of forms of treatment in the Portuguese published in Angola" aims to (i) describe the phenomenon of alternation of forms of treatment, precisely in the employees of the Municipal Administration of Luanda and the Provincial Office of Education of Malanje; (ii) to characterize the main cases of functional opposition of the forms of treatment in the municipal administration of Luanda and in the Provincial Office of Education of Malanje; (iii) contribute to the knowledge and understanding of the forms of treatment of Portuguese broadcast in Angola. For the implementation of the research, an oral and written corpus was used, the sources of which are the statements extracted from the interviews and questionnaires applied to the employees of the Municipal Administration of Luanda and the Provincial Office of Education of Malanje. For the treatment of the data, I proceeded to the comparative analysis of the forms of treatment used in the different contexts (proximity vs. distancing) between the speakers, with the intention of understanding the significant difference in the scope of their placement. I also realized that the dynamics of the forms of treatment in the institutions under this provide the possibility of their employment, implying several sociolinguistic factors, with an enhancement to the social hierarchy, formality vs. informality, education, age, etc. Thus, it seems to me that the use of forms of treatment is complex, because the sensitivity of the speakers of the two cities, with regard to the use of the forms of treatment is visibly diverse and, it is denoted, ignorance about the correct use of them. The results show that languages are dynamic and non-static systems and that the Portuguese language has its own particularities in the different national norms.

* Mestre em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Humanidade da Universidade Agostinho Neto, docente da Universidade Njinga A Mbande, no Instituto Politécnico, onde lecciona as cadeiras de Língua Portuguesa, Técnica de Comunicação Oral e Escrita, Sintaxe e Semântica do Português. Investigador nas áreas de Didáctica do Português Língua Segunda, Metodologia do Ensino do Português e Comunicação e Linguagem. Email: kalendaneto23abril@gmail.com

Keywords: Dynamic; Forms of treatment; Portuguese, Angola.

Utetulukilu: O uzanzelu yu, wa lungu ni “O masunga a udixanenu wa athu mu dizwi phutu mu ixi ya Ngola” wala ni jimbambe kala jiji (i) o kutumbula o wixanenu wa athu, kya beta kota dingi, ku akalakadi a tokala ku Udimixi wa Mbonge ya Luwanda ni mu Dixilu dya Kulonga o Kutanga ni Kusoneka mu Kibhatu kya Malanji; (ii) o kutumbula o ji nzoka nzoka jya lungu ni kudixana kwa athu mu Udimixi dya Mbonge ya Luwanda ni Dixilu dya Kulonga o Kutanga ni Kusoneka mu Kibhatu kya Malanji; (iii) Kubhandekesa o kwijiya ni kutetuluka kwa wixanenu wa athu mu dizwi dya phutu mu ixi ya Ngola. Phala kutenesa o uzanzelu yu, twa mono kusota izwelelu ni isoneku ya athu a kituka, kifa, majiya a menya, mukonda ene a tambwisa o malumbamba u twa bhana ku akalakadi a tokala ku Udimixi dya Mbonge ya Luwanda ni ku Dixilu dya Kulonga o Kutanga ni Kusoneka mu Kibhatu kya Malanji. Phala ku yukisa kya mbote, nga sokesa o udixanenu wa athu mu kisangi (yo akala ni kisoko ni yo kambe o kisoko), ku atungi ni asomi, phala o kuthonginina mwene o katungu kala bhu kaxi kya kudixana. Nga tetuluka na we kuma, o udixanenu ku matenda yawa weza phala o kubhana musenza wa kudixana mwene kyenkyo, mukonda dya ukexinu wila, o wadikimi mu kisangi, o ukexinu wa ijila ni ukambelu wa ijila, o ulongelu, o mivu ya uvwalukilu, ni kya diteku. Mukiki, nga fika kuma, o wixanenu wa athu yu wa bhinjika, muthandu a kwila, o atungi ni asomi a ilombo i yadi yiyi a dixi, mukonda, o atungi ni asomi ene muku xila mwene o udixanenu wa fwama. O swilu y twa sangeku i tulondekesa o kwila, o mazwi ya mwene a kula ni masunga oso, kyemana, kana. O phutu na we, kyene kimoxi, yalaku ni ijila yayi, kya beta kota, mu uzwelelu we ku ixi yoso.

Mabha – a thexi: Masunga, Wixanenu wa athu, Phutu, Ngola.

Considerações introdutórias: Contextualização do estudo

O objectivo deste estudo é descrever a alternância de formas de tratamento em língua portuguesa em Angola. A complexidade e a instabilidade do seu sistema têm despertado o interesse de vários linguistas e, apesar de existirem muitos estudos sobre esta matéria, as formas de tratamento são consideradas parte da gramática não muito bem descrita e esclarecida (cf. Lešková, 2012, p. 6).

As formas de tratamento marcam a nível discursivo a face do locutor e interlocutor, mas também sublinham o aspecto de cortesia, que deve caracterizar o discurso, de modo a evitar distúrbios na comunicação e assegurar a realização da intenção comunicativa. Todas as sociedades possuem um conjunto de normas, as «boas maneiras», bem como a noção de cortesia, que permite ao locutor optar por uma forma de tratamento mais ou menos formal consoante o grau de proximidade que estabelece com o interlocutor. Este tratamento mais ou menos formal tem de ter em conta a adequação ao contexto social e espacial, no qual é utilizado (cf. Tavares, 2013, p. 182).

Desde então, publicaram-se dezenas de estudos e artigos, na tentativa de se analisar este assunto fundamental sobre formas de tratamento. Destacam-se nomeadamente: Brown e Gilman (1960), Cuesta e Luz (1971), Cintra (1972), Wilhelm (1979), Medeiros (1985), Hammermüller (1993), Carreira (1995), Lešková (2012), Pedro (2020), Acevedo (2011), Modesto (2006) e tantos outros.

A análise e síntese da bibliografia gramatical e teórica de referência na especialidade foram-me essencialmente úteis para se conhecer a dinâmica das formas de tratamento na administração pública, isto é, a interação entre os funcionários, os utentes e outros intervenientes, nas suas vidas profissionais e, precisamente, na Administração Municipal de Luanda e no Gabinete Provincial de Educação de Malanje. Uma vez que o estudo em questão é de âmbito descritivo, como já dissemos na introdução, a alternativa metodológica para o realizar foi a constituição de um *corpus* significativo através de entrevistas e questionários dirigidos a técnicos da Administração Municipal de Luanda e técnicos do Gabinete Provincial de Educação de Malanje.

Para a realização deste artigo, recorri a um *corpus* oral e escrito cujas fontes são os enunciados extraídos das entrevistas e dos questionários aplicados aos funcionários das instituições em estudo. Posteriormente procedeu-se à seleção e transcrição das amostras. Tal como nota (Freitas, 2010 *apud* Adriano, 2014, p.18). A escolha da entrevista como metodologia de pesquisa é, assim, justificada pela Mundim (1981, p.22):

Dada a «(...)» de se organizar um *corpus* adequado sobre formas de tratamento em termos de uso real, percebemos que o nosso estudo volta-se para a atitude linguística. Assim, a melhor forma de colectar os dados seria através de entrevistas e questionários que apresentassem uma mesma situação para todos os informantes.

Em geral, a grande maioria dos informantes compreendia prontamente a proposta da entrevista e produzia naturalmente diversas formas de tratamento.

1. Conceito de Língua e gramática: aspectos teóricos

1.1. O que seria língua

Segundo Pinto *et. al.* (1997), língua é um sistema gramatical de que dispõem todos os membros de uma comunidade, o qual lhes permite o exercício da faculdade da linguagem. Sendo criação de uma sociedade, a língua não é de maneira alguma imutável uma vez que vai acompanhando a evolução natural da sociedade que a criou. Temos, como exemplo, a língua portuguesa, a língua kimbundu, a língua umbundu, a língua inglesa, etc. (p. 22).

De acordo com Marcos, *et al.* (2000), “a língua é um sistema de signos articulados e relacionados de uma forma específica segundo a comunidade à qual pertencem; assim sendo, é um instrumento de comunicação de uma dada comunidade” (p. 274). Para Ferdinand de Saussure (1978), “a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir aos

João Pedro Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola... indivíduos o exercício desta faculdade” (p. 34). A língua é um sistema de comunicação que nos permite exprimir e partilhar os sentimentos.

Fora do âmbito da linguística estrutural, a língua “constitui o elemento fundamental de qualquer cultura. Onde não há língua não se pode formar um povo e não se pode desenvolver nenhuma cultura” (Imbamba, 2010, pp. 42, p. 43). A língua é um espelho que reflete o mundo e a cultura de uma comunidade. A língua constitui a fonte de socialização. Através dela cada indivíduo assimila os modelos de comportamento, as regras, as representações da realidade natural e social. É o meio de comunicação por excelência que exprime sensações, emoções, conceitos e permite uma reflexão sobre estas dimensões (cf. Crespi, 1997, p. 148).

Assim sendo, entende-se que a presença de linguagem em todas as sociedades humanas conhecidas sugere que ela é um produto da evolução biológica da espécie: em nenhuma sociedade animais se encontram sistemas de comunicação com as características da linguagem humana; em contrapartida, não se conhecem sociedades humanas desprovidas de linguagem (Duarte, 2000, p. 15).

1.2. Gramática, o que é?

A gramática é, para vários estudiosos, o componente linguístico, o qual consideram o mais importante nas suas investigações. O termo gramática designa um instrumento normativo da língua, que prescreve as regras de como falar e escrever bem uma língua. Para Duarte (2000), “a gramática tem de ser concebida como um instrumento com dupla finalidade: regulamentar o comportamento linguístico dos falantes e permitir-lhes aceder à compreensão de textos” (p. 41).

Assim, a gramática deve estar à disposição dos ouvintes e leitores, a fim de compreender e apreciar a sua finalidade. Em geral, distinguem-se dois tipos de gramática: normativa e descritiva, porquanto se, por um lado, há necessidade de se prescrever regras de uso, por outro, “a gramática deve pretender explicar cientificamente o que se passa na actividade linguística” (cf. Undolo, 2018, p. 26). A abordagem detalhada desses tipos de gramática será feita nos itens seguintes.

1.2.1. Gramática portuguesa

A gramática portuguesa estuda os elementos constitutivos da língua portuguesa, isto é, os sons, a palavra, a frase e define as normas baseadas no uso que dela fizeram ou fazem os bons escritores, para a escrevermos e falarmos com correção, clareza e

João Pedro Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola... pureza (Duarte, 2000, p. 42). À luz do quadro das disciplinas da linguística, muitos autores, como Cunha e Cintra (2014), Cuesta e Luz (1971), Moura (2006) e Matos (2010) têm estruturado a gramática portuguesa em cinco partes, nomeadamente fonética e fonologia, lexicologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.

O estudo de um desses aspectos tem sido feito em duas perspectivas: prescritiva ou a definição de um padrão ideal para todos os indivíduos da comunidade e descritiva ou a sistematização de formas linguísticas já consagradas na comunidade falante. Para a melhor compreensão dessas duas perspectivas, falaremos abaixo sobre gramática normativa e descritiva.

1.2.2. Gramática normativa

A gramática normativa recomenda como se deve usar e escrever segundo recomendações de autoridades como escritores, gramáticos e dicionaristas esclarecidos. Por conseguinte, para a gramática normativa, toda a produção linguística que esteja fora do padrão estabelecido como ideal é dita errada como, por exemplo, “*Tu vai*”. No entanto, **erro para a gramática descritiva** é o que não transcorre sistematicamente na língua, ou seja, uma construção que comprometa a comunicação entre dois falantes, conforme nos exemplifica Possenti (1996, p. 312): “*Vai nois.*”, para o autor, seriam construções como “uma menino” - que só poderiam ocorrer por engano na fala de um falante nativo – e hipercorreções como “tu vai” e “você sabes”, em lugar de “tu vais” e “retrovisor”, surgidas a partir de hipóteses equivocadas a respeito do funcionamento da língua.

Na mesma senda, Bechara (2014, p.37) entende que “cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social”. Citei também exemplos encontrados na obra de Soares (2002, p.37), de situações onde se utilizam artifício para distinguir a estrutura “certa” da “errada”. Vejamos a seguir:

Ex.: Ninguém não viu o director.

Ex: Ele não viu nada.

A primeira estrutura é considerada errada, ilógica, incorreta perante a gramática normativa, logo, pela norma padrão também. Devido à justificativa que neste caso o uso da dupla negação (ninguém + não), o que seria utilizado para provar uma afirmação, ou seja, ninguém deixou de ver o ladrão.

Portanto, mediante a norma estaria correta. Porém, no segundo caso ocorre a mesma situação, a dupla negação (não + nada), mas ao contrário da primeira se aceita a “lógica”, pois a deixaria da seguinte forma ele viu alguma coisa, assim, resulta também em uma afirmação. Para ambas as estruturas foi utilizado o mesmo critério para julgar a qual estava correta, mas a diferença existente é meramente superficial no processo de comunicação, visto que os falantes de uma variante diferente a padrão entenderiam perfeitamente o significado negativo tanto quanto os falante do padrão compreenderia da mesma forma.

Dessarte, não se pode considerar do ponto de vista linguístico uma estrutura “certa” ou “errada” tampouco “bonita” ou “feia”, pois segundo Soares (2002, p. 42), “o que se considera “errado” não é linguisticamente melhor nem pior que o que se considera “certo”; é apenas aquilo que difere da norma de prestígio, socialmente privilegiada”.

Este pressuposto orienta a atividade de um linguista ao contrário da atividade do professor de língua. Este último profissional atua na base da lógica do certo e do errado, ao ter adotado a gramática normativa como o recurso de trabalho para a educação e formação do sujeito falante, em contexto situacional formal de comunicação, principalmente. Neste caso, o termo gramática normativa é sinônimo de norma-padrão de uma língua, de entre as demais variantes linguísticas faladas num dado país.

1.2.3 Gramática descritiva

A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser descritiva, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fônico-fonológico, morfossintático e léxico). De acordo com Bechara, “cabe somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, do saber idiomático e do saber expressivo (Bechara, 2014, p. 54).

A gramática descritiva reveste – se de várias formas, às quais passamos a enumerar: *estrutural, funcional, estrutural e funcional, contrastiva, distribucional, gerativa, transformacional, estratificacional, de dependências, de valências, de usos*, etc. Bechara (2014, p. 54) refere, por outro lado, que a gramática estrutural funcional concebida por Coseriu aplica-se à de apreensão e descrição dos paradigmas do significado gramatical, das estruturas gramaticais de uma língua particular.

2. A questão da Norma e variação linguística

2.1. O que seria “norma”?

A norma tem sido comumente definida como um padrão de uso escrito e falado adequado às situações formais de intercomunicação linguística. Nesta perspectiva, a norma associa-se às classes altas e instruídas, ou seja, é uma marca que distingue essas classes das outras classes pouco ou nada instruídas. Segundo Undolo (2014), quando se nos coloca a necessidade de definição do conceito de norma linguística, é já frequente partir-se da morfologia lexical do termo como sendo derivado de dois adjetivos: normal e normativo; usados com significados completamente opostos. Sendo que o normal designa aquilo que é habitual, costumeiro, frequente, usual, regular; e o normativo, aquilo que é prescritivo, imperativo, ideal (pp. 32:33).

Eis a questão, sendo certo que, em Angola, a norma culta se demarca já da norma-padrão. Lembre-se, por isso, que «assim como a cultura de uma sociedade impõe padrões de comportamento, também impõe padrões linguísticos». Aliás, na verdade, “os padrões de comportamento linguístico dos falantes da comunidade que têm formação escolar e maior prestígio social [é que] constituem a norma culta”. Deste modo, fica claro que norma culta e norma-padrão “não são [termos] sinônimos e entre ambas ocorre uma complexa interação que as torna dificilmente distinguíveis. Em Portugal, a norma culta é bastante uniforme e aproxima-se do padrão ideal” (Undolo, 2014, p. 58). Em Angola, sendo oficialmente a norma-padrão correspondente ao PE, o mesmo não acontece.

Ainda sobre a questão acima descrita, importa citar Castro (2002) *apud* Adriano (2014, p. 76), o qual sublinha que a abordagem da norma em trabalhos que se pretendem puramente linguísticos nem sempre mereceu consenso por parte de muitos autores. Todavia, estamos de perfeito acordo com Castro, quando este afirma que «a norma precisa do linguista e este também precisa dela, nem que seja por razões estritamente profissionais». A norma tem sido comumente definida como um padrão de uso escrito e falado adequado às situações formais de intercomunicação linguística. Nesta perspectiva, a norma associa-se às classes altas e instruídas, ou seja, é uma marca que distingue essas classes das outras classes pouco ou nada instruídas (Adriano, p. 77).

2.2 Erro e desvio

A noção de “erro” em língua é oriunda das mesmas concepções do que é “certo ou errado” que circulam em sociedade, logo, pode notar que no decorrer da história esta noção está atrelada a questões socioculturais resultantes da visão do mundo, juízos de

valores e ideologias que no transcorrer do tempo sofrem mudanças significativas. Bechara (2014, 53) descreve o seguinte:

Há-de distinguir cuidadosamente o exemplar do correcto, porque pertencem a planos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma aceite entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correcto nem incorrecto. Já quando se fala do correcto, que é um juízo de valor, fala-se de uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal facto está em conformidade com um modo de falar, isto é, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade comunitária.

Para Possenti (1996), “a noção mais corrente de erro é que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem” (p. 78). Isto é, uma visão restritamente preconceituosa, pois o falante foge às regras de uma norma dita “padrão ou culta” sem considerar os fatores que contribuíram para que ele escapasse as regras gramaticais impostas. Ninguém erra porque quer ou porque é incapaz de produzir sentenças certas, o falante apenas utiliza uma variante diferente, a dita “correcta”, obedecendo, assim, a regras gramaticais próprias de uma gramática internalizada, a qual é o resultado dos seus conhecimentos linguísticos.

Então, linguisticamente, o erro não existe; o que existe são formas diferentes de usar os recursos potencialmente presentes na própria língua, embora na concepção gramatical o erro esteja presente em situações onde a norma culta não esteja a ser executada segundo as regras que lhes são fornecidas. Entretanto, sob o ponto de vista de Eliseu (2008, p.23), agramaticalidade de uma dada expressão constitui aquilo que se designa “evidência negativa”; este tipo de prova permite demonstrar a inadequação de uma hipótese ou conjunto de hipóteses.

As construções agramaticais são, assim, o “material de laboratório” dos linguistas. Em situações de uso real da linguagem, elas podem ocorrer como lapsos dos falantes, atribuíveis a distração, cansaço (quando tomam consciência desses lapsos, os falantes tendem a corrigi-los, sobretudo se esses lapsos perturbarem a comunicação (Eliseu, 2008, p. 23). Lyons (1981) entende que, “gramaticalidade é a organização linear dos elementos linguísticos que constituem uma sentença promovendo assim o entendimento da mensagem” (p. 79), ou seja, só ocorrerá o erro à medida que o falante construa frases com os elementos desordenados sem compreensão alguma do receptor, logo resultará na agramaticalidade (Fiorin, 2003, p. 22). Vejamos os seguintes exemplos:

Ex: Quantos livros o senhor já escreveu? - Gramatical

Ex: Que livro tu conhece uma pessoa que escreveu. – Agramatical

Outrossim, o termo “gramática” refere-se, como já descrevemos anteriormente, a diferentes realidades. Sendo este termo dividido em três conceitos associados respectivamente a três concepções de língua: gramática normativa, descritiva e internalizada.

A primeira, conforme Franchi (1991), “é o conjunto sistemático de normas do bem falar e escrever” gramática descritiva “é um sistema de noções que mediante as quais se descrevem os factos de uma língua (p. 32). Já a gramática internalizada corresponde ao saber linguístico que um falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica” (Lyon, 1981, p.79).

Desse modo, a concepção de erro varia de acordo com o conceito de gramática, isto é, existe erro perante a gramática normativa, na qual se considera errado o não cumprimento do padrão linguístico estabelecido. No entanto, a gramática descritiva considera erro o que o falante produz assistematicamente na sua língua materna. Logo, é errado em língua o que estará incompreensível para o entendimento entre falantes de uma mesma língua.

2.3 Sobre a variação linguística

O português é uma língua prototipicamente *pluricêntrica*, no sentido, institucionalizado por Clyne (1992), “de que apresenta diferentes variedades nacionais, cada qual com a sua norma própria, nomeadamente o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) e ainda outros padrões em desenvolvimento, especialmente o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA)” (p. 1).

Assim, a variação verifica-se tanto no tempo (diacronicamente e durante a própria vida dos falantes) como no espaço geográfico e pode ser motivada pelo contacto entre línguas, pela pertença social e cultural dos falantes ou pelas circunstâncias comunicativas (Duarte, 2000, pp. 22-25, Faria 2003, p. 33, Mota, 2005, p. 510, Mateus e Cardeira, 2007, p. 20). A variação linguística designa o uso de duas ou mais formas no mesmo contexto, com o mesmo valor semântico ou de verdade (Swan *et al.* 2004, p. 176, Coelho *et. al.* 2012, p. 23).

No que respeita ao estudo da variação interna, ou seja, presente num mesmo sistema linguístico, é importante a identificação das “variantes atestadas nas produções dos falantes com vista a definir padrões de funcionamento (...), definir contextos de ocorrência dessas variantes, construir regras explicativas”. Desse modo, é possível

determinar “gramáticas coexistindo em simultâneo na língua, compará-las entre si e daí tirar conclusões sobre o sistema da língua” (Mota, 2001, p. 29).

Esse tipo de análise, por vezes, revela-se bastante complexo; tal complexidade reside, essencialmente, no difícil discernimento entre os seguintes aspectos: i) variação enquanto uso de uma variante certa e uma variante errada, ii) variação no sentido da aceitação de duas variantes/opções possíveis no sistema e iii) variação do ponto de vista da norma padrão, ou seja, variante padrão vs variante não padrão (numa perspectiva não normativa, a variante não padrão não é, necessariamente, sinónima de variante errada).

3. Questões da política linguística e a oficialização

Língua oficial é aquela que é usada pelos membros de uma comunidade falante para a interação social e institucional; é, respectivamente, a língua veicular, escolar, administrativa, legislativa e dos órgãos de comunicação social. Todas as funções sociais de fórum nacional e internacional de um Estado são feitas, em regra, através da língua oficial (cf. Lopes *et al.* 2014, p. 13). Angola é um país multilíngue, onde além das línguas vernáculas (línguas africanas locais) e suas variedades, a maior parte delas de origem Bantu, mas algumas não Bantu, pertencentes à família das línguas “khoisan” e disseminadas na região sul do país, surge o português como língua oficial. Circulam ainda outras línguas estrangeiras, tais como o lingala, o francês, o espanhol ou o inglês (Costa *et al.* 2016, p. 7).

Para os autores acima, a língua oficial é aquela que é “utilizada no quadro das diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um estado soberano” (Almeida, 2011, p. 38). No caso angolano, o Português é, desde a era colonial, a principal língua dos órgãos de comunicação social, do discurso pedagógico e técnico, científico, do exército, da literatura e dos mais distintos sectores artísticos e/ou culturais nacionais, decorrendo do estatuto de língua oficial (cf. Panzo, 2014, p.50). Em países de elevada diversidade linguística como Angola, é fundamental que, para além da língua oficial, se criem condições humanas e materiais para a conservação e promoção de outras famílias linguísticas através da realização de estudos descritivos (normalizadores) que permitirão a elaboração de materiais didáticos diversos.

3.1. A língua portuguesa em Angola: estatuto e função

Falarei sobre estatuto e função da língua portuguesa em Angola, a fim de se compreender que o domínio colonial de que desencadeou um processo de aculturação

João Pedro Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola... que implicou a destruição em larga escala das estruturas econômicas e sociais dos povos colonizados (Cabral, 2005, p. 45-46) e, juntamente, a imposição da língua portuguesa sobre as línguas autóctones, que, no entanto, subsistiram nas regiões mais interiores do território, afastadas dos grandes centros urbanos, onde o português se impôs como língua oficial no território colonizado, não chegando, porém, a todos os estratos da população e ficando, quase até à atualidade, praticamente confinado, primeiro ao litoral e, depois, aos grandes centros urbanos.

Pesou a escolha do português como língua oficial após a independência o facto de as demais línguas angolanas possuírem uma zona de difusão circunscrita, limitando-se cada uma delas a um determinado ponto do território nacional – o que, por si só, constituiria um obstáculo à unidade nacional. Assim, a solução passou pela escolha de uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto, sendo, no caso, a LP. Sendo língua de ninguém podia ser a língua de todos (Mudiambo, 2014, p.30). Assim, dada a realidade sociolinguística do país e visando o interesse e/ou projecto político de unidade nacional, essas características, únicas no contexto linguístico, são os principais fatores da escolha da língua portuguesa como língua oficial. (Miguel, 2014, p.13).

3.2 Políticas linguísticas em Angola

A política colonial portuguesa consistia em eliminar as línguas nativas, por considerar que estas constituíam uma ameaça para o sistema colonial. Sem colonizar as línguas, a subordinação não ficaria efectiva e um sector da sociedade escaparia ao controlo do colonizador. Para tal, Fernandes e Ntongo (2002) afirmam que “os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua Portuguesa, o monolinguismo” (p. 101).

Assim sendo, a neutralização das línguas africanas era uma política seguida à risca pelos portugueses. Uma das medidas para a concretização desse desígnio era o ensino da Língua Portuguesa em toda a África Lusófona (cf. Chicuna, 2014, p. 41). Durante a época colonial era proibido falar a língua local, à excepção da portuguesa. Os colonizadores impunham e injectavam a transmissão de valores culturais nas mentes da gente local. Isto só era possível através da subordinação e imposição que pressuponham a estima dos valores alheios em detrimento dos próprios.

Por isso, a língua portuguesa não se fixou em todo o território angolano, porque estava limitada aos assimilados, isto fez com que, nas zonas rurais, as línguas locais

João Pedro Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola... permanecessem intactas, fenómeno que atualmente já não se verifica devido ao contacto com os meios de comunicação e as influências de outras culturas ocidentais. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que, por um lado, a tendência no futuro será para o acentuar das diferenças entre a norma-padrão e a norma culta e, por outro, que o ensino continua a não conseguir ultrapassar estas diferenças.

Na consolidação e assumpção das diferentes normas do português, desempenharão naturalmente um papel de relevo os estudos descritivos destas variedades, que, por serem ainda insuficientes, deverão ser fortemente estimulados e apoiados, na medida em que, quanto melhor se conhecer o português de Angola e a sua deriva específica, mais fácil será assumir que, cada vez mais, faz sentido que a nação angolana, que elegeu o português como língua oficial e de unidade nacional, assuma agora uma norma própria, especificamente angolana, sem, no entanto, deixar de preservar o sistema da língua portuguesa.

4. Metodologia e análises

4.1. Resultados obtidos da Administração Municipal de Luanda

Nesta secção, apresentámos, à luz do quadro abaixo os dados de forma breve dos resultantes da análise das formas de tratamento obtidos na Administração Municipal de Luanda, ilustrados, na linha de Martinet (1995) e Coseriu (1979), que as línguas naturais são sistemas dinâmicos e não estáticos:

Quadro n.º 1: Ocorrência das formas de tratamento à pessoas com as quais não há intimidade.

| Categoria | Formas de tratamento | Variável | Frequência |
|---|----------------------|------------|------------|
| | | Intimidade | |
| Como se dirige à (s) pessoa (s), com às quais não tem intimidade? | O (a) Senhor (a/s) | 9 | 30 % |
| | Tu | 8 | 27 % |
| | Você | 12 | 40 % |
| | Vós | 1 | 3 % |
| Total | | 30 | 100 % |

Conforme nos ilustra o quadro n.º 1, cujo propósito se depreendia em proceder à análise segundo a proximidade vs. distanciamento entre os falantes, isto é, se o locutor não conhece o interlocutor, qual seria a forma de tratamento seleccionada, ou seja, se

usa a construção *o senhor/ a senhora, tu, você* ou *vós*. Como se pode constatar no quadro da página anterior, dos 30 inqueridos, 9 que perfazem (30 %) escolheu a forma *o senhor / a senhora*; 8 que representam (27 %) preferiu a forma *tu*; 12 que representam (40 %) utilizou a forma *você* e apenas 1 (3 %) usou a forma *vós*.

Esta análise estatística pretendeu verificar como o uso das formas de tratamento varia entre os funcionários da Administração Municipal de Luanda interagem com os utentes, no que tange às situações diferentes (proximidade vs. distanciamento entre os falantes) e à idade dos utentes (locutores), ou seja, a intenção foi de saber, por exemplo, se uma pessoa desconhecida, é tratada tendo em vista as formas de tratamento adequadas.

Quadro n.º 2 - Ocorrência sobre: Como se dirige à (s) pessoa (s) com mais idade?

| Categoria | Formas de tratamento | Variável | Frequência % |
|---|----------------------|------------|--------------|
| | | Mais idade | |
| Como se dirige à (s) pessoa (s) com mais idade? | O (a) Senhor (a/s) | 13 | 43 % |
| | Tu | 5 | 17 % |
| | Você | 10 | 33% |
| | Vós | 2 | 7 % |
| Total | | 30 | 100% |

Esta análise serviu para especificar se havia variação no uso da forma de tratamento no que diz respeito à idade do interlocutor, à qual determinou que 13 (43 %) escolheu a forma *o senhor / a senhora*; 5 (17 %) preferiu a forma *tu*; 10 (33%) optou por *você* e apenas 2 (7 %) se reviu na forma *vós*.

Feita a observação dos resultados, notei que há variações ligeiras entre as formas *o senhor / a senhora* e a forma *você*. Apesar de constarmos maior predominância no uso de *o senhor / a senhora*, faz-se necessário elencar que a forma *você* está quase generalizada especialmente entre as pessoas mais jovens, ou seja, quando o locutor se apercebe que está na mesma faixa etária que o interlocutor, há maior probabilidade de o tratar por *você*, e a forma *vós* está a caminho de extinção.

4.2. Resultados obtidos do Gabinete Provincial de Educação de Malanje

Do universo de questões formuladas, elaborei a seguinte tabela descritiva sobre a dinâmica das formas de tratamento nos funcionários do Gabinete Provincial de Educação de Malanje:

Quadro n.º 3 - Ocorrência sobre: Porque é que usa a forma de tratamento *tu* quando interage com os utentes?

| Categoria | Porque é que usa a forma <i>tu</i> quando interage com os utentes? | Frequência numérica | Frequência percentual |
|-----------|--|---------------------|-----------------------|
| Variável | Para expressar respeito | 8 | 27 % |
| | Para expressar superioridade | 0 | 0 |
| | Como emprego de igual para igual | 6 | 20 % |
| | Porque não conheço a pessoa | 10 | 33 % |
| | Não conheço o seu uso | 6 | 20 % |
| Total | | 30 | 100 % |

Os dados das ocorrências acima ilustra a ocorrência do pronome *tu*, no âmbito da interacção com os utentes e constatámos que 8 (27%) preferiu a forma ***tu***, como forma de expressar respeito. Já para a segunda opção não houve qualquer ocorrência, ou seja, ninguém sinalizou a variável em referência; para o emprego de igual para igual, constatámos que houve 6 ocorrências que perfazem (20%), que se subentende haver pouco conhecimento sobre o seu emprego.

A opção com maior escolha foi “porque não conheço a pessoa”. Isto levou-nos a crer que há, certamente, o desconhecimento desta forma de tratamento, uma vez que a mesma deve ser usada, segundo Pedro (2015), no seio familiar, ou quando há intimidade entre os interlocutores.

Quadro n.º 4: sobre: Quando é que deve usar a forma de tratamento *o (a) senhor (a)*? Ocorrência

| Categoria | Quando é que usa a forma <i>o (a) senhor (a)</i> para interagir com os utentes? | Frequência numérica | Frequência percentual |
|-----------|---|---------------------|-----------------------|
| Variável | Quando é uma pessoa desconhecida | 10 | 33 % |
| | Pessoas de pouca familiaridade | 8 | 27 % |
| | Pessoas adultas ou desconhecidas | 10 | 33 % |
| | Como emprego de igual para igual | 2 | 7 % |
| | Total | 30 | 100 % |

Como podemos depreender a partir dos resultados do quadro em referência, 10 dos inqueridos que representam 33 % usou preferencialmente quando se trata de uma pessoa desconhecida e 8 (27 %) alegou usar a aludida estrutura para àquelas pessoas com as quais não têm grau de parentesco, ao passo que 10 (33%) optou por pessoas adultas ou desconhecidas.

Quanto ao emprego de igual para igual houve, somente, duas opções, e finalmente, 2 que perfazem (7%) incidiu ao emprego de igual para igual.

Nos exemplos acima, constatámos a alternância no uso das formas de tratamento, pelo que o pronome *você* concorda com as formas verbais na terceira pessoa, o que possibilita a sua substituição por *o senhor, ele/a, sua excelência* (Raposo, 2013, p. 900).

De acordo com Miguel (2014), “o pronome “*você*”, na variante do português de Angola, não é exclusivo do tratamento formal” (p. 93). Utiliza-se correntemente na linguagem popular, em paridade com o “*tu*”, transferindo-se para aquele a forma verbal a este correspondente, nos termos à seguir:

Ex.: *Você* me conhece.

Você não estavas me ligar.

Destaco, porém, que, mesmo em locutores de escolaridade média e superior, testemunha-se o emprego deste pronome (*você*) no tratamento a uma pessoa, embora sem a discrepância entre a forma verbal e o pronome de tratamento, como o uso que caracteriza a linguagem popular.

Ex.: Se vires a Njinga, diga-lhe que quero falar com ela.

Você chega lá e não te dão nem uma cerveja.

A alternância a que assistimos a este nível tem que ver, sobretudo, com a combinação dos diversos pronomes pessoais e possessivos, cujo emprego se apresenta aleatório.

Considerações finais

A partir da abordagem descritiva sobre **Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola** concluí que há oscilação nas formas de tratamento, às quais acreditamos ter sido possível descrevê-las e estudá-las, através dos métodos e técnicas de investigação utilizadas para a realização desta pesquisa.

Há um número incipiente de estudos linguísticos sobre as formas de tratamento em português de Angola, apesar de os angolanos, isto é, os funcionários da Administração Municipal de Luanda e do Gabinete Provincial de Educação de Malanje oscilarem e demonstrarem incertezas e atitudes diferentes diante do seu uso, notabilizaram-se as formas como *tu*, *você*, *o senhor*, *a senhora* e *vós*, apesar de o último estar em extinção são pronomes que, apesar de existirem outras formas, incidiram prioritariamente neste estudo.

A dinâmica das formas de tratamento nestas cidades proporcionam a possibilidade do emprego das formas de tratamento, dependendo de vários factores sociolinguísticos, isto é, hierarquia social, formalidade vs. informalidade, a educação, etc. Assim, pareceu-me que o uso das formas de tratamento é muito complexa e, por isso, a sensibilidade dos angolanos quanto ao uso das formas de tratamento é bastante diversificada e denota-se desconhecimento sobre o uso correcto das mesmas.

Assim sendo, a descrição do estudo das formas de tratamento, em Angola, levou-me a aferir que, actualmente, possui um sistema triplo: *tu* para a intimidade, *você* para interagir com pessoas desconhecidas e *o senhor / a senhora* para pessoas de maior idade e pessoas desconhecidas, ou seja, pessoas com as quais o locutor não tem qualquer intimidade. E o emprego de *vós* afigura-se restrito às situações muito formais a discursos religiosos e formas nominais de elevada cortesia na linguagem protocolar.

Outro aspecto, o qual considero digno de realce tem que ver com o pronome *você*, que não é, segundo alguns teóricos, uma forma totalmente aceite de acordo com a norma em curso em Angola, visto que a sua ocorrência está fortemente condicionada por factores sociais e pragmáticos como a hierarquia social, a intimidade vs. distanciamento existentes entre os falantes, a idade, a escolaridade.

Os resultados dos questionários e, concomitantemente, os resultados das entrevistas mostraram que a estrutura das formas de tratamento na língua portuguesa afigura-se, ainda, incipiente de se nos apresentar como um estudo estabilizado.

Referências

- Adriano, P. Soma. (2014). *Tratamento morfosintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola – Divergências em relação à norma europeia*. (Tese de Doutoramento). Évora: Universidade de Évora.
- Almeida, Nuno Carlos de. (2011). *Língua Portuguesa em Timor-Leste*. Lisboa: LIDEL, Edições Técnicas.
- Cabral, Lisender A. Vicente. (2005). *Complementos verbais preposicionais do português em Angola. Dissertação de Mestrado*. Universidade de Lisboa.
- Clyne, M. (Ed.) (1992). *Pluricentric Languages. Differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter.
- Coseriu, Eugénio. (1979). *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança lingüística*. trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença.
- Costa, A. Solla, L. Soares, V. L. (2016). *Manual de Língua Portuguesa para Professores do Ensino Primário*. 2.º ed. Luanda.
- Coelho, Izete, Edair Görki, Guillerme May, Christiane Nunes de Souza. (2012). *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, pp. 11- 108.
- Bechara, Evanildo. (2014). *Moderna Gramática Portuguesa*. 38.ª Rio de Janeiro: Brasil. Editora. Nova Fronteira & Lucerna.
- Crespi, Franco. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa.
- Chimbinda, J. S. Ferreira. (2009). *O Nome na Identidade Umbundu: Contributo Antropológico*. Huambo: ETU.
- Chicuna, A. Mavungo. (2014). *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Um Dicionário Português Kiyombe*. Edições Colibri. 3.ª edição – (Extra - colecção).
- Duarte, Inês. (2000). *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 15-31, 41-58.
- Eliseu, Abreu. (2008). *Sintaxe do Português. – O Essencial sobre a Língua Portuguesa*. Luanda: Editorial Nzila.
- Fiorin, José Luís. (2003). *Introdução à Linguística: I objectos teóricos*. São Paulo: Contexto.

- Franchi, Carlos. (1991). *Mas o que é mesmo "Gramática"?* In Lopes, H.V. et al. *Língua portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo: Secretaria da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.
- Fernandes, J.; N'Tondo, Zavoni. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Ed. Nzila.
- Imbamba, José Manuel. (2010). *Uma Nova Cultura: Para Mulheres e Homens Novos*. 2.^a ed. Luanda: Paulinas.
- Ima Panzo, B. João. (2014). *As representações dos Professores sobre o Português Língua Segunda: Linhas de Actuação. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola*. (Tese de Doutoramento). Covilhã: Universidade da Beira Interior, Portugal.
- Kutala, Celestino Domingos & Pedro, João Domingos. (2021). Didactic-Pedagogical Approach to a Real Teaching of Portuguese Second Language in Angola. Volume 9, Issue 5, September 2021, p.: 209-215.
- Lešková, Jana. (2012). *As formas de tratamento em Português Europeu*. (Dissertação de Mestrado). Filozofická fakulta, Univerzita palackého v olomouci. Katedra romanistiky-portugalská sekce.
- Lopes, M; Pinto, M; Azevedo et. al. (2014). *Gramática Prática de Português*. Lisboa: Editora, S.A.
- Lyons, John. (1981). *Linguagem e Linguística uma Introdução*. 1.^a. ed. Universidade Cambridge: Reino Unido. Editora LTC.
- Marcos, Z. C. Virgínia; Ribeiro S. Paula et al. (2000). *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*. Porto: Porto Editora.
- Mateus, Maria Helena Mira, Carneira, Esperança (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Martinet, André. (1995) [1989]. *Função e dinâmica das Línguas*. trad. portuguesa de Jorge Morais de Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina.
- Mota, M. A. Coelho da.(2001). Variação e diversidade linguística em Portugal. In *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*, Mateus, Maria Helena Mira (coord.). Lisboa: Edições Colibri, pp. 27-34.
- Mundim, Sônia Sandra de Moura. (1981). *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mudiambo, Quibongue. (2014). *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (Aplicados) ao Ensino da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Miguel, Maria Helena. (2014). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Mayamba: Luanda: Colecção Educação.

Possenti, Sírio. (1996). *Ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Letras do Brasil.

Pedro, J. D. Joaquim. (2015). Abordagem Morfossintáctica na Regência dos Conectores Adversativos nos textos escritos pelos alunos da 12.^a classe do Curso de Ciências Económicas e Jurídicas – Escola de São José de Cluny – Malanje. Trabalho de Fim do Curso de Licenciatura em Linguística Portuguesa. (Monografia não editada). Ndalatando, Cuanza Norte.

Raposo, E. Bzaglo Paiva *et al.*,ogs. (2013). *Gramática do Português*, vols. I & II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Soares, Magda (2002). *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17^a ed. São Paulo: Ática.

Tavares, Sara. (2013). *Gramática Portuguesa*. Lisboa: Nova Editora.

Saussure, Ferdinand. (1978). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Swann, Joan, Ana Deumert, Theresa Lillis, Rajend Mesthrie (2004). *A Dictionary of Sociolinguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Undolo, E. Márcio. (2014). *A norma do português em Angola - Subsídios para o seu estudo*. Bengo – ESP.

Undolo, E. Márcio. (2018). *Língua Portuguesa – Subsídios para o seu Ensino em Angola*. 1.^a ed. Luanda: Eco 7 Investimentos.

Recebido em: 05/10/2021

Aceito em: 16/12/2021

Para citar este texto (ABNT): PEDRO, João. Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p.322-340, dez.2021.

Para citar este texto (APA): PEDRO, João. Dinâmica das formas de tratamento no português veiculado em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(Especial): 322-340.